

**POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE TRABALHO  
DESTINADAS AOS  
JOVENS EM SITUAÇÃO  
DE  
VULNERABILIDADE  
SOCIOECONÔMICA:  
PRODUÇÃO  
ACADÊMICA EM  
PERIÓDICOS  
BRASILEIROS ENTRE  
2004 E 2019**

Pedro Henrique Oliveira de Campos [\*]

Lílian Perdigão Caixêta Reis [\*\*]

---

[\*] Mestrando em Educação. Professor da Educação Básica na rede estadual, na cidade de Belo Horizonte (MG)  
E-mail: henriquebh\_1994@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3973-6387>

[\*\*] Doutora em Psicologia. Professora Adjunta II da Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
E-mail: [lilian.perdigao@ufv.br](mailto:lilian.perdigao@ufv.br)  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6827-871X>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir a produção acadêmica brasileira sobre as políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foram analisados os artigos publicados em periódicos brasileiros no período compreendido entre janeiro de 2004 até 8 de junho de 2019, tendo como fonte de buscas a base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Das 55 publicações encontradas, apenas 10 foram discutidas no presente estudo, posto que metade dessas publicações tratam especificamente de políticas públicas de trabalho para a juventude e a outra metade discute esse tema a partir de questões como “políticas públicas para a juventude”, “trabalho decente”, “condição dos jovens ‘nem nem’ no Brasil”, entre outras. A partir do levantamento bibliográfico realizado, constatou-se a relevância de discutir as políticas públicas de trabalho destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade, uma vez que as políticas de transferência direta de renda e as políticas de qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho são importantes para a redução do percentual de jovens na condição “nem nem” e na inserção desse público no mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Jovens. Juventude. Políticas Públicas. Trabalho.

## INTRODUÇÃO

No momento em que escrevo este texto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) anuncia que o número de desempregados no Brasil foi, no trimestre encerrado no mês de fevereiro, de 13,1 milhões de pessoas. Entre os jovens, o desemprego é ainda mais preocupante, considerando que no ano passado o IBGE divulgou que a taxa de desemprego entre os trabalhadores de 18 a 24 anos é mais que o dobro da taxa da população em geral.

A discussão sobre a condição do jovem no mercado de trabalho não é nova. Pochmann (2004), ao fazer uma reflexão sobre a relação da criança e do adolescente com o trabalho, elucida que nas sociedades agrárias era comum que as crianças de 5 a 6 anos já estivessem ajudando suas famílias nas tarefas domésticas e agropastoris. A lógica nesse tipo de sociedade era a de financiar a própria sobrevivência através do trabalho no campo. Depois, nas sociedades urbanas e industriais, a relação da criança e do adolescente com o trabalho passou a sofrer uma interferência da esfera pública, mediante leis estatais que proibiam o trabalho para a faixa de até 15 anos de idade. Surgiu, então, a necessidade da escolarização para esse público e, por conseguinte, a postergação de sua entrada no mercado de trabalho. Finalmente, esse autor discute que na sociedade do conhecimento na qual nos encontramos hoje, o prazo para a inserção do jovem no mercado de trabalho é ainda maior, dado o aumento da expectativa de vida e de uma necessária redefinição do que se considera o período da juventude. Assim, a interferência do Estado acentua-se na medida em que precisa desenvolver políticas públicas direcionadas ao financiamento da inatividade laboral dos jovens.

Definida como um período de transição da adolescência para a vida adulta, a juventude é marcada pela educação formal e formação profissional. No entanto, nem todo jovem tem a condição necessária para investir seu tempo apenas na formação educacional. No Brasil, os jovens de baixa renda precisam ajudar suas famílias com as despesas e, então, eles trilham o caminho oposto: inserem-se precocemente no mercado de trabalho e deixam em segundo plano – ou abandonam – a educação formal:

[...] cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares, e instaura o que Boaventura Santos (1999) denomina *fascismo da insegurança*. (FRIGOTTO, 2004, p. 197, grifos do autor).

Considerando-se que vivemos em uma sociedade influenciada por uma lógica de acumulação desenfreada, marca da atual fase do capitalismo global, a qual exige uma dinâmica de especializações no mundo do trabalho, o adiamento da entrada no mercado de trabalho só é possível para aquelas famílias que conseguem financiar os estudos e/ou cursos profissionalizantes para seus filhos. Assim, os jovens oriundos de famílias ricas ou da classe média gozam de vivências e prioridades diferentes (investir em estudo e qualificação profissional) dos jovens provenientes das camadas populares que desde cedo precisam trabalhar para lidar com prioridades mais imediatas (pagar contas e alimentação).

Frigotto (2004, p. 211) sustenta a tese de que

O trabalho precoce de crianças e jovens e a escolaridade precária ou a ausência dela são fatos que se correlacionam fortemente, mas um não explica o outro, e também não podem, linearmente, ser tomados um como solução do outro. Ambos têm sua determinação fundamental na origem de classe. Ou seja, os jovens que têm pouca escolaridade e de péssima qualidade ou estão fora da escola acham-se nesta condição por serem filhos de trabalhadores com condições de vida precárias.

Para esse autor, a inserção precoce dos jovens pertencentes às camadas populares no mercado de trabalho brasileiro é explicada pela perversa situação de desigualdade social de nosso país, o que torna a juventude uma condição de classe, pois somente as classes economicamente favorecidas podem gozá-la. Por isso, nos estudos acerca da juventude, a tendência atual não é falar sobre juventude, no singular, mas sobre juventudes, no plural, reconhecendo-se a necessidade de discutir as desigualdades de cada contexto no qual os jovens estão inseridos.

Analisando a condição dos jovens provenientes das classes populares, Frigotto (2004, p. 185) afirma que “a parcela mais numerosa da infância e da juventude historicamente vem sendo mutilada em seus direitos mais elementares”, pois “para manter sua lógica de acumulação, o capitalismo de hoje necessita destruir um a um os direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX” (2004, p. 196). Disso decorre que “a inserção precoce no emprego formal ou ‘trabalho informal’, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração ou o acesso ou não à

escola, a qualidade dessa escola e o tempo de escolaridade estão ligados à origem social dos jovens” (FRIGOTTO, 2004, p. 193).

Tendo em vista o exposto, tanto Pochmann (2004) como Frigotto (2004) concordam com a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para os jovens em situação de vulnerabilidade social, garantindo as condições necessárias para que eles também possam postergar sua inserção num mercado de trabalho que exige cada vez mais uma mão de obra qualificada. Nesse sentido, este artigo propõe-se a apresentar e discutir a produção acadêmica brasileira sobre as políticas públicas direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica através da análise de 55 artigos publicados em periódicos brasileiros no período compreendido entre janeiro de 2004 até 8 de junho de 2019, tendo como fonte de buscas a base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

## MÉTODO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir, através de um levantamento bibliográfico, a produção acadêmica brasileira de artigos científicos sobre as políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos últimos 15 anos. O marco temporal justifica-se pelo fato de que em 2004 o Governo Federal criou o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, com o intuito de oportunizar a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Desde então, uma série de novas políticas e programas foram direcionados para esse segmento, tais como a Política Nacional de Juventude (2005), o Estatuto da Juventude e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ambos criados em 2011.

A partir da ferramenta de busca situada no portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizou-se como fonte de informações a biblioteca eletrônica da SciELO, onde se encontram diversas publicações científicas de relevantes periódicos de diferentes áreas do conhecimento. Utilizando-se os descritores “juventude; políticas públicas; trabalho”, buscaram-se os artigos que foram publicados em periódicos brasileiros entre os anos de 2004 e 2019, redigidos em português e selecionados pelos tópicos “education”, “public policies”,

“políticas públicas”, “juventude”, “education & educational research”<sup>1</sup>. Foram encontradas 55 publicações, mas apenas 10 foram consideradas, levando-se em conta a pertinência delas para o presente estudo. Desses dez, apenas cinco abordam programas e políticas públicas direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os outros cinco tangenciam o tema. Ainda assim, considerou-se relevante incluí-los, posto que eles apresentam discussões importantes acerca das políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens das camadas populares.

Durante o processo de busca dos artigos no “Periódicos CAPES”, foi realizada a leitura dos títulos e dos resumos das publicações, a fim de verificar se eles discutiam ou não a questão das políticas públicas de trabalho para os jovens brasileiros. Entre os 55 artigos encontrados, verificou-se que boa parte deles discutem políticas de saúde voltadas para os jovens (saúde mental, saúde sexual, saúde alimentar e a questão da droga ilícita como problema de saúde pública), outros abordam a temática da violência (políticas de segurança) e do lazer (políticas culturais) e alguns versam sobre políticas de educação (profissional, do campo, de jovens e adultos).

Para a produção deste artigo, foi realizada a leitura integral das dez publicações que discutem as políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou a temática em si. Através dessas leituras, foram obtidas algumas categorias que serão discutidas a seguir: a concepção de juventude presente nos artigos; as políticas públicas de trabalho que foram analisadas nessas publicações; o conceito de “trabalho decente” e a condição dos jovens que nem estudam, nem trabalham.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Embora o intuito fosse analisar as publicações de artigos nos últimos quinze anos, foram encontradas apenas publicações entre os anos de 2005 e 2016 nos dez artigos analisados. Portanto, nos anos de 2004, 2017, 2018 e 2019 não foram encontradas publicações que discutem a temática de políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens brasileiros, independentemente da

<sup>1</sup> Foram selecionados alguns tópicos em língua inglesa, como “education”, “public policies” e “educational research”, porque os periódicos brasileiros, em geral, solicitam resumos e palavras-chave em língua estrangeira. Assim, ao adicionar esses tópicos, consideramos que eles poderiam gerar mais resultados de publicações acerca da temática desenvolvida neste artigo.

condição socioeconômica deles. No entanto, é válido considerar que como o levantamento ocorreu entre os dias 1 e 8 de junho de 2019, há a possibilidade de existirem publicações sobre esse tema nos meses posteriores.

No que diz respeito aos anos de publicação, verificou-se que no ano de 2013 houve o maior número de artigos que discutem políticas públicas de trabalho e emprego para jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Outra informação relevante é que dos 10 artigos analisados, 9 foram escritos por mulheres e apenas 1 foi redigido por um homem. Em geral, as publicações foram escritas em conjunto e, ao todo, foram contabilizadas 23 autoras e 2 autores (sendo que um deles escreveu um artigo sozinho). Esse dado revela que há uma predominância de mulheres interessadas em discutir as temáticas envolvendo a juventude brasileira, tanto é que uma das maiores referências na área é uma mulher, a saber, a socióloga Helena Wendel Abramo<sup>2</sup>, citada em 60% das publicações analisadas.

Entre os dez estudos analisados, nove estabelecem reflexões acerca das categorias juventude, políticas públicas e trabalho e apenas um se apresenta como publicação do tipo “estado da arte” (ZANELLA *et al.*, 2013). Esse levantamento bibliográfico foi considerado nas análises para que fosse possível estabelecer uma comparação com os resultados obtidos neste artigo.

No que concerne ao aporte teórico utilizado pelos autores dessas publicações, identificou-se que apenas dois artigos explicitam suas referências e ambos estão inseridos no campo da Psicologia: um deles (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009) utiliza autores da Psicologia Social e outro (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014) recorre a autores da Psicologia Sócio-Histórica. Também é possível notar que no artigo escrito por Leão e Nonato (2012), embora os autores não tenham explicitado, foram utilizadas referências pertencentes ao campo da Sociologia, tais como: Norbert Elias, Bernard Charlot, François Dubet, José Machado Pais, Agnès Van Zanten e algumas discussões que remetem a Bourdieu. As outras sete publicações

---

<sup>2</sup> Helena Wendel Abramo é uma das principais estudiosas da temática da juventude no Brasil e uma das organizadoras da obra *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, uma coletânea publicada em 2005 em que especialistas de diversas áreas discutem temas relacionados à condição da juventude contemporânea brasileira.

embasam-se nos próprios autores que discutem a temática da juventude, mas nenhuma informa explicitamente a perspectiva teórica que adotaram em seus textos. Comparando com o estado da arte feito por Zanella *et al.* (2013), nas 55 publicações analisadas sobre jovem, juventude e políticas públicas, as autoras constataram “a prevalência de trabalhos na área da Educação, com 18 artigos no total (31%). Em seguida destacam-se os periódicos relacionados à Psicologia, com 12 artigos (21%) e às Ciências Sociais, com 11 trabalhos (19%)” (ZANELLA *et al.*, 2013, p. 329).

A respeito dos conteúdos dos artigos, cinco deles apresentam análises de programas oriundos de políticas públicas de trabalho destinados aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os outros quatro tratam de temas como: o conceito de trabalho decente; os jovens que nem estudam nem trabalho (condição conhecida como “nem nem”); e o conceito de políticas públicas. Adiante, apresentaremos essas categorias, que foram condensadas em três seções.

### **Concepções de juventude presentes nas políticas públicas**

Entre os artigos analisados, apenas a metade deles discute a noção de juventude. Em *Juventude como problema de políticas públicas*, Frezza, Maraschin e Santos (2009) se propuseram a discutir as concepções de juventude expressas no Consórcio Social da Juventude (CSJ) da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O CSJ foi um projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) e desenvolvido pelo Governo Federal em 2003. A partir de análises de enunciados presentes em documentos elaborados para e pelo o CSJ, as autoras encontraram quatro diferentes concepções de juventudes: *juventude voluntária* (problematiza o conceito de trabalho voluntário no programa), *juventude digitalizada* (problematiza a noção de inclusão digital no programa, visto que os jovens, em maior ou menor grau, já chegam ao projeto inseridos no contexto digital – pois usam celulares, computadores, tablets, etc.), *juventude trabalhadora* (problematiza o tipo de trabalho a que os jovens de baixa renda foram enviados ao final do programa: repetem a condição que já ocorre na sociedade em geral ou ajudam o jovem a atingir outro patamar de empregabilidade?) e *juventude vulnerabilizada* (problematiza o significado do termo “vulnerabilidade social”: esse termo define que tipo de jovem? Mencionando uma definição dicionarizada, as autoras argumentam que o termo “vulnerável” diz respeito a algo ou alguém que esteja desprotegido, em virtude de apresentar

pontos fracos; e que futuro tem alguém que está em situação de vulnerabilidade? Provavelmente, de acordo com as autoras, o futuro desse jovem tende a ser o pior possível).

Na introdução do artigo *Juventude e perspectivas de futuro: a Orientação Profissional no Programa Primeiro Emprego*, Veriguine, Basso e Soares (2014) dedicam um espaço para problematizar o conceito de juventude, a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Citando Abramo (1994), as autoras consideram que a juventude seria, então, “uma condição provisória e transitória, não sendo possível sua homogeneidade, mas, sim, a compreensão de diferentes juventudes” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014, p. 1035). Assim, falar de juventude implica em considerar a diversidade social, econômica e cultural desse segmento, sendo mais adequado utilizar o termo “juventudes”. As autoras também trazem no texto a definição de juventude extraída da PEC da Juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em 2010 na qual demarca-se a juventude como um período da vida que vai dos 16 aos 29 anos. Ademais, elas ainda mencionam a definição da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização Ibero-Americana da Juventude e da Organização Internacional da Juventude, situando-se como jovem aquele que possui idade entre 14 e 25 anos. Assim, as autoras problematizam essa falta de consenso na definição do que vem a ser o período que define a juventude tanto na esfera nacional como na internacional.

Laranjeira, Teixeira e Bourdon (2007), em *Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil?*, também dedicam um espaço para discutir a categoria “juventude”. Com o objetivo de analisar a experiência de educação não-formal de jovens residentes no bairro de Plataforma, localizado em Salvador, na Bahia, através da Associação de Moradores “Chico Mendes”, que oferece cursos de iniciação profissional nessa comunidade, nota-se que as autoras compreendem a juventude apenas como uma fase de transição para a vida adulta (amparando-se em autores internacionais como Bourdieu, Bourdon e Galland; e em Sposito, autora brasileira). No entanto, elas mencionam a imprecisão do conceito de juventude, explicitada pela contradição existente na inserção precoce do jovem no mercado de trabalho e o postergamento da entrada desse jovem no mundo do trabalho.

Em *Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família*, texto que discute a situação de educação e de trabalho de jovens estudantes de uma escola pública localizada em um município do interior de Santa Catarina, Raitz e Petters (2008, p. 409) traçam o percurso

dos entendimentos sobre a juventude ao longo da História e concluem que:

o conceito de juventude não possui uma definição única, nem estática, pois em cada período, em cada momento histórico, cada geração traz marcas próprias dentro do contexto social, portanto os sujeitos são influenciados pela sociedade em que vivem e, por isso, comportam-se, pensam e agem de maneira diferenciada.

Por fim, em texto de Nunes e Fernandez (2016) em que as autoras buscam compreender a forma como são conduzidas as políticas de trabalho e emprego para os jovens brasileiros, a concepção de juventude aparece baseada no Conselho Nacional de Juventude (2006), que a entende como o período da vida situado entre os 15 e 29 anos de idade, mas considerando também a diversidade e as singularidades das juventudes.

Como é possível notar, a discussão sobre o conceito de juventude aparece através de vários documentos oficiais e de definições presentes na literatura nacional e internacional sobre o assunto. Tal como apresentado no estado da arte produzido por Zanella *et al.* (2013), foi possível verificar que “alguns autores concebem a juventude dentro de uma faixa etária variada, outros trabalham com a noção de juventude como sinônimo [sic] de adolescência restringindo-se a demarcá-la como uma fase da vida” (ZANELLA *et al.*, 2013, p. 329) e que em geral os autores não articulam o conceito de juventude com a temática das políticas públicas.

### **Políticas públicas de trabalho direcionadas aos jovens de camadas populares**

Nas dez publicações analisadas, apenas a metade apresenta discussões referentes às políticas públicas de trabalho para os jovens em situação de vulnerabilidade, mas antes de apresentar tais discussões, é importante salientar que somente os artigos de Nunes e Fernandes (2006) e Sposito e Corrochano (2005) trazem à tona a problematização do que vem a ser políticas públicas para a juventude.

Nunes e Fernandez (2006) afirmam que a compreensão de política pública está relacionada com a maneira de se entender o Estado e citam Serafim (2011, p.315) para elucidar essa questão:

A forma com que se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem de Estado. Frequentemente, compreende-se a política pública como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar um problema. Essa definição se mostra um tanto simplista, uma vez que trata o Estado como um ator que opera de forma autônoma e beneficia a sociedade como um todo através de suas ações.

As autoras também afirmam que “a política pública se refere a uma política cuja principal característica é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não por ser estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual.” (NUNES; FERNANDEZ, 2016, p. 66). Assim, “a política pública é concebida como uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada a partir de uma racionalidade coletiva em que tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos, envolvendo diferentes atores [...]” (NUNES; FERNANDEZ, 2016, p. 66).

Sposito e Corrochano (2005) também discutem a categoria “políticas públicas de juventude”, alertando que existe uma falta de consenso sobre esse conceito. Apropriando-se de discussões feitas por autores latino-americanos (BANGO, 2003; DÁVILA, 2003), as autoras afirmam que as políticas públicas de juventude não dizem respeito à saúde, trabalho, habitação e educação, mas estão relacionadas às demandas culturais, de lazer e de inserção social. No entanto, o fato é que os jovens oriundos de camadas populares e/ou aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica necessitam de políticas direcionadas à sua inserção no mercado de trabalho e apresentam essa demanda, como veremos adiante.

Frezza, Maraschin e Santos (2009) e Veriguine, Basso e Soares (2014) abordaram dois projetos oriundos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), criado pela Lei nº 10.748/2003 (posteriormente alterado pela Lei nº 10.940/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.199/2004, passando a ser denominado como “Programa Primeiro Emprego”). Esses projetos são o Consórcio Social da Juventude (CSJ) e o Preparação Profissional, respectivamente. O primeiro, analisado por Frezza, Maraschin e Santos (2009) foi realizado em Porto Alegre (RS), no período compreendido entre 2005 e 2006, e o segundo, analisado por Veriguine, Basso e Soares (2014) foi executado em uma empresa de economia mista, situada em Santa Catarina. Ambos os projetos tinham como público-alvo jovens em situação de vulnerabilidade social e objetivaram a inserção desses jovens no mercado de trabalho, a partir de sua qualificação profissional.

Posto que Frezza, Maraschin e Santos (2009) tinham como objetivo apenas discutir as concepções de juventude presentes nos documentos elaborados pelo e para o CSJ e não analisar o projeto em si, verificou-se que em Veriguine, Basso e Soares (2014), que tinham como intuito compreender o processo de escolha ocupacional/profissional dos jovens participantes do programa Preparação Profissional, de alguma forma todos os jovens entrevistados por elas

“apresentam um projeto, na grande maioria, mais imediatos, os quais seriam: ajudar a família [sic], ter acesso a bens de consumo, conseguir um novo emprego e fazer algum curso técnico.” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014, p. 1041).

Laranjeira, Teixeira e Bourdon (2007) abordaram o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, aplicado pela Associação de Moradores “Chico Mendes”, no bairro de Plataforma, localizado no subúrbio de Salvador (BA). Esse projeto teve início no governo FHC e teve continuidade no governo Lula. Seu objetivo é inserir o público-alvo (jovens com idade entre 15 e 17 anos, com prioridade àqueles que estão fora da escola e em situação de vulnerabilidade social) no sistema educacional e no mercado de trabalho, garantindo-lhes experiências que proporcionem a integração à família, à comunidade e à sociedade, bem como desenvolver ações para oportunizar o protagonismo juvenil. O projeto envolve as três esferas de poder: federal, estadual e municipal, obtendo recursos do primeiro e sendo executado por este último, além de contar com auxílios da iniciativa privada.

Com a intenção de analisar a experiência de Educação Não-Formal (ENF) vivenciada pelos jovens moradores de Plataforma que participaram do Agente Jovem, Laranjeira, Teixeira e Bourdon (2007) apreenderam, mediante entrevistas, que “ser jovem” para essas pessoas é não ter cidadania, é ser alienado, é ser excluído, segregado. Nas entrevistas, os jovens citaram a desigualdade e a dificuldade de inserção socioprofissional que eles enfrentam por serem do subúrbio de Salvador e por terem baixas condições socioeconômicas. Além disso, as autoras analisam, recorrendo a Norbert Elias e John Scotson (2001), as implicações desse sentimento de inferioridade compartilhado entre os jovens de Plataforma, destacando que esse é mais um desafio enfrentado por eles em suas vidas:

Os jovens adultos de Plataforma se percebem inferiores pelo olhar do outro que denuncia o estereótipo negativo de “marginal”. Ao longo do tempo, a auto-estima, a dignidade e o amor próprio vão sendo corroídos diante dos símbolos de inferioridade e pelas imagens coletivas de caráter negativo, difundidos pelos grupos sociais identificados como superiores (Elias; Scotson, 2001). Resistir e superar os estigmas são tarefas das mais diversas ordens, numa lógica em que as desigualdades sociais e econômicas se aprofundam. (LARANJEIRA; TEIXEIRA; BOURDON, 2007, p. 103).

Outra política pública direcionada à juventude e que foi abordada nos artigos analisados foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, conhecido como “Projovem Urbano”. De

acordo com Leão e Nonato (2012, p. 835), “o ProJovem foi implantado em 2005 como um componente estratégico da Política Nacional da Juventude do Governo Lula” e tem como objetivo “a certificação no ensino fundamental por meio de uma formação integrada em três eixos: escolarização, qualificação profissional e ação comunitária”.

Com o objetivo de discutir os resultados de uma pesquisa qualitativa que investigou as trajetórias de jovens participantes do Programa ProJovem, no ano de 2009, em Belo Horizonte (MG), Leão e Nonato (2012) realizaram entrevistas semiestruturadas com dez jovens que participaram do Programa. A partir dessas entrevistas, os autores concluíram que para esses jovens, “[...] o sentido de voltar a estudar, como em outros casos, era uma estratégia de certificação para aumentar as chances de concorrer a empregos melhores do que aqueles pelos quais ela já havia passado” (LEAO; NONATO, 2012, p. 841) e que “todos os entrevistados faziam planos de dar continuidade aos estudos. A conclusão do ensino fundamental trazia para eles a perspectiva de fazer o ensino médio” (LEAO; NONATO, 2012, p. 844). Além disso, o Projovem, para muitos deles, era uma “oportunidade de fazer frente à necessidade de inserir-se no mercado de trabalho, garantir o emprego atual e até melhorar em relação à atual ocupação” (LEAO; NONATO, 2012, p. 842).

Sposito e Corrochano (2005), em *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*, analisaram algumas políticas públicas direcionadas para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que envolvem transferência de renda, exigindo uma contrapartida (que seria a face oculta da transferência de renda). As autoras colocam o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Projovem) como um desses programas de transferência de renda que exigem uma contrapartida, nesse caso, “em troca” dos 65 reais mensais, o jovem deve retornar à escola ou continuar nela e frequentar por seis meses algum curso de capacitação, além de implementar projetos de intervenção nas áreas de cidadania, cultura, esporte, meio ambiente, saúde e turismo em sua comunidade.

Sposito e Corrochano (2005) abordam também outras duas políticas públicas de transferência de renda para os jovens das camadas populares: o Programa Serviço Civil Voluntário e Programa Bolsa Trabalho Renda. O primeiro foi criado em 1996 e teve início dois anos depois, em fase de teste, no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Originalmente, o Programa atendia homens e mulheres na faixa de 18 anos de idade que foram excluídos ou dispensados do

serviço militar obrigatório, mas depois essa menção ao serviço militar obrigatório deixou de existir e a faixa etária dos jovens foi ampliada. O segundo “foi implementado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), do município de São Paulo (gestão 2001-2004), e integrou um conjunto de programas nomeados de redistributivos e dirigidos a diferentes faixas etárias” (SPOSITO; CORROCHANO, 2005, p. 155) e teve como objetivo ampliar a escolaridade dos jovens participantes, num esforço de postergar a entrada deles no mercado de trabalho.

Nos seis artigos que apresentaram políticas públicas direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social, foram mencionados cinco programas que têm como objetivo principal a inserção desse público no mercado de trabalho através de capacitação profissional e, muitas vezes, pelo ingresso e permanência dos jovens na escola, que funcionariam como uma espécie de “contrapartida”, evitando que essas políticas sejam entendidas como medidas de cunho assistencialista, como bem exploraram Sposito e Corrochano (2005). Os programas discutidos nesses seis artigos foram o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (“Projovem Urbano”), o Programa Serviço Civil Voluntário e o Programa Bolsa Trabalho Renda.

### **Trabalho decente e os “jovens nem nem”: nem estudam, nem trabalham**

Foram discutidas até aqui algumas políticas públicas de trabalho e emprego destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Vimos que o objetivo dos Programas criados através dessas políticas é o de capacitar o jovem para a entrada no mercado de trabalho. Mas cabe perguntar: em que tipo de trabalho esse jovem oriundo das camadas populares está sendo inserido? Essa é uma das principais questões abordadas por Picanço, no artigo *Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração*, publicado em 2015.

O objetivo da autora foi analisar o acesso a trabalhos mais ou menos decentes entre os jovens de 16 a 29 no período de 1993 a 2012. Para tal, ela construiu um índice de trabalho decente baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1993, 1998, 2003, 2008 e 2012. De acordo com Picanço (2015, p. 269-560), o Trabalho Decente:

é definido como um trabalho produtivo com remuneração justa, segurança no local de trabalho e proteção social para o trabalhador e sua família; melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e social; liberdade para que manifestem suas preocupações, organizem-se e participem na tomada de decisões que afetam suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento para as mulheres e homens. (OIT, 2007).

De acordo com Picanço (2015, p. 569), o conceito de Trabalho Decente foi proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999,

para definir uma agenda de discussão e promoção de políticas públicas para o trabalho, bem como enfatizou a necessidade de olhar os grupos sociais mais vulneráveis, em especial a juventude, e a busca por reduzir seu grau de vulnerabilidade através de políticas públicas.

Como foi possível observar ao longo deste levantamento bibliográfico, as políticas públicas de trabalho geralmente são destinadas a um determinado perfil de jovem: pobre, em situação de vulnerabilidade social, com baixa escolaridade e em situação de desemprego. Assim, como afirma Picanço (2015, p. 571), “aos jovens de famílias de baixa renda foi delegado um lugar específico: o de trabalhador. O afastamento desse papel o transforma no potencial exército de criminalidade”. Por ser um público vulnerável à criminalidade, ao tráfico de drogas e a outras mazelas sociais, geralmente as políticas públicas de trabalho visam garantir a esse tipo de jovem ocupações que o faça utilizar a maior parte do seu tempo em cursos de capacitação e projetos sociais, evitando, assim, que esse jovem fique ocioso e vulnerável.

A investigação sobre o Trabalho Decente realizada por Picanço (2015) concluiu que os jovens estão em trabalhos mais decentes, mas mostrou também que existe uma influência decisiva do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades onde esses jovens residem e o nível de escolaridade deles, isto é, parece que quanto maior o IDH do local onde os jovens estão situados e o nível de escolaridade desses jovens, maiores são as condições de acesso a trabalhos mais decentes.

Outra importante discussão que apareceu entre os dez artigos analisados neste levantamento foi a de Cardoso (2013), em *Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação*, sobre a condição de jovens brasileiros que nem estudam, nem trabalham –

condição conhecida como “nem nem”. Segundo esse autor, a crise econômica de 2008 acendeu um alerta para os países mais ricos sobre as chances de inserção dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo porque em 2010 a média dos jovens de idade entre 20 e 24 anos que não estavam nem estudando nem trabalhando subiu para 17,6%, uma média inédita, já que até aquele ano ela nunca havia ultrapassado 13%. Porém, no Brasil, essa média sempre foi elevada e, ao contrário do que ocorreu na Europa, em 2010 nosso país viveu um momento econômico bastante favorável. Isso nos leva a concluir, de acordo com Cardoso (2013), que a condição dos “jovens nem nem” no Brasil é estrutural, associada à desigualdade socioeconômica marcante do país, colocando-os em situação de vulnerabilidade em trabalhos precários, na informalidade ou no desemprego.

Para Cardoso (2013, p. 298),

A desigualdade está inscrita no território de nascimento (campo ou cidade, cidade grande ou pequena, o Brasil ou a Suécia), na existência ou não de hospitais e condições adequadas de salubridade do local de nascimento, nos recursos financeiros e culturais das famílias, no acesso à saúde pré-natal da mãe e do bebê etc., e nada disso está igualmente distribuído.

Sendo assim, “alguém pode ser ‘nem nem’ não por escolha ou acaso, mas por morar num município desprovido de recursos econômicos e institucionais, isto é, escola ou emprego para todos os que queiram estudar ou trabalhar” (CARDOSO, 2013, p. 301-302). Essa constatação vai ao encontro do que Picanço (2015) concluiu em sua investigação sobre os tipos de trabalho nos quais os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão sendo inseridos no Brasil, deixando claro que fatores como o IDH local e o nível de escolaridade têm impacto direto no acesso a trabalhos decentes pelos jovens.

A conclusão a que chegou Cardoso (2013, p. 302), portanto, é que:

a condição ‘nem nem’ é fruto tanto de escolhas e trajetórias individuais quanto de contextos nos quais as pessoas tomam suas decisões, sobre os quais elas têm pouca ou nenhuma capacidade de intervir diretamente, e que, por isso, funcionam como condicionantes mais gerais de suas oportunidades de vida.

Nesse sentido, fica evidente a importância das políticas públicas de trabalho e de transferência direta de renda para os jovens e as famílias em situação de vulnerabilidade

socioeconômica no Brasil. O Bolsa Família<sup>3</sup>, a política de valorização do salário mínimo e as políticas de qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho (discutidas neste levantamento) – que exigem deles contrapartidas associadas à permanência na escola e em projetos sociais – são importantes para a redução do percentual de jovens na condição “nem nem” e na inserção desse público no mundo do trabalho. No entanto, essas são medidas paliativas e o que se coloca como primordial, em nosso país, é a redução da desigualdade econômica e da concentração de renda, que devem ser atacadas através das reformas de base e do combate aos privilégios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico dos artigos produzidos por autores brasileiros nos últimos quinze anos permitiu constatar que as mulheres se preocupam mais em discorrer sobre a temática da juventude, dado que 90% das publicações encontradas foram escritas por mulheres. Entre os dez artigos analisados, apenas metade deles problematiza a categoria “juventude”, geralmente apresentando esses conceitos através de documentos oficiais e de definições oriundas da literatura nacional e internacional. As definições mais comuns do que vem a ser a juventude dizem respeito a uma faixa etária da vida, como uma transição da adolescência para a vida adulta, embora muitos autores discutam a dimensão multifacetada da juventude, reconhecendo que se deve tratá-la no plural, considerando-se os diferentes modos de vivenciar esta etapa da vida.

Nos artigos, foi possível encontrar discussões de políticas públicas de trabalho e seus impactos na vida dos jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a maioria deles provenientes das camadas populares. Assim, foram poucos os artigos da base de dados da SciELO, no período compreendido entre janeiro de 2004 até 8 de junho de 2019, que efetivamente abordam os impactos dessas políticas para a juventude economicamente desfavorecida nos últimos quinze anos. Verificou-se, nessas publicações, que todas essas políticas tinham como objetivo

<sup>3</sup> O Bolsa Família é um programa do Governo Federal de transferência de renda e que atende as famílias brasileiras em condição de pobreza ou de extrema pobreza, podendo ter acesso ao benefício aquelas famílias que possuem renda de até 89 reais mensais por pessoa ou que possuem renda entre 89 e 178 reais mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Fonte: site do Ministério da Cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>. Acesso em: 10 jun. 2019.

principal a inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho, mediante programas de capacitação profissional que em geral exigem como contrapartida o ingresso e a permanência desses jovens na escola.

As discussões sobre a condição dos jovens que nem estudam nem trabalham e sobre o trabalho decente nos alertam para a situação de desigualdade estrutural da sociedade brasileira, na qual a juventude negra e pobre, principalmente, tem o acesso limitado a trabalhos precários e informais, perpetuando sua condição vulnerável ao longo de gerações. Nesse sentido, as políticas públicas de trabalho e de distribuição configuram-se como medidas paliativas (embora sejam importantes) e não atacam o problema estrutural da desigualdade em nosso país.

O presente levantamento contribuiu para situar a produção acadêmica de artigos sobre a juventude, especialmente no que se refere às políticas públicas de trabalho destinadas a esse segmento da população. Para além disso, ofereceu mais uma oportunidade para refletir sobre o problema do desemprego entre os jovens no Brasil, considerando também a necessidade que o país tem de fazer as reformas de base (agrária e tributária, sobretudo) para promover uma sociedade menos desigual, com mais acesso a empregos de qualidade que garantam um pouco mais que a própria subsistência.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ALVARENGA, D.; SILVEIRA, D. Desemprego sobe para 12,7% em março e atinge 13,4 milhões de brasileiros. **G1**, São Paulo e Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/30/desemprego-sobe-para-127percent-em-marco-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2019.

BANGO, J. “Políticas públicas de juventude na América Latina: identificação de desafios”. *In*: FREITAS, Maria Virginia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas de juventude: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 4 jun. 2019.

DÁVILA, O. “Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude”. *In*: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). **Políticas públicas de juventude: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Logiques d'exclusion**. Paris: Fayard, 2001.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 313-323, dez 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1 jun. 2019.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade**. 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/43fcb3be20d011c1a85c50fb0a841416.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/43fcb3be20d011c1a85c50fb0a841416.pdf). Acesso em: 6 abr. 2020.

LARANJEIRA, D. H. P.; TEIXEIRA, A. M. F.; BOURDON, S. Juventude, trabalho, educação: os jovens são o futuro do Brasil? **Cad. CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 95-105, abr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792007000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 jun. 2019.

LEAO, G.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o *ProJovem Urbano* em Belo Horizonte. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 833-848, dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000400004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 3 jun. 2019.

NUNES, M. B. A.; FERNANDEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para o jovem no Brasil. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jun. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802016000100064&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100064&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 jun. 2019.

OIT. **Trabalho decente e juventude – América Latina**. Brasília, OIT, 2007.

PICANCO, F. S. Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 569-590, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000300569&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300569&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 3 jun. 2019.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios do jovem na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 408-416, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 jun. 2019.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. In: BENINI, E. *et al.* (org.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, D. Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 8 jun. 2019.

VERIGUINE, N. R.; BASSO, C.; SOARES, D. H. P. Juventudes e perspectivas de futuro: a orientação profissional no Programa Primeiro Emprego. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 1032-1044, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000401032&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000401032&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1 jun. 2019.

ZANELLA, A. V. *et al.* Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 2, p. 327-333, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2013000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000200019&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 5 jun. 2019.

## WORK PUBLIC POLICIES DRIVEN TOWARDS YOUNG PEOPLE UNDER SOCIOECONOMIC VULNERABILITY SITUATION

### ABSTRACT

This article is aimed at discussing Brazilian Academic Production on Work Public Policies driven towards young people under socioeconomic vulnerability situation. Articles published in Brazilian periodicals from January 2004 to June 8, 2019 were analysed, having SciELO (Scientific Electronic Library Online) as a searching source as well as a databank. From the 55 publications found, only 10 were addressed in the present study, given the fact that half of these publications specifically address Work Public Policies directed over Youth and the other half discusses this theme based upon matters like “Public Policies for Youth”, “decent work”, “Conditions of the ‘Neither, Nor’ Young People in Brazil”, among others. From the bibliographic research made, it was perceived the relevance of discussing Work Public Policies aimed at youths in vulnerability situation, taken for granted that Straight Income Transfer Policies as well as Young

Ones Qualifying and Work Market Insertion Policies are as important for the percentage reduction of young people into the “Neither, Nor” condition and in the insertion of this public into the world of work.

**Keywords:** Young People. Youth. Public Policies. Work.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABAJO DESTINADAS A JÓVENES EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD SOCIOECONÓMICA**

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir la producción académica brasileña sobre las políticas públicas de trabajo dirigidas a jóvenes en situación de vulnerabilidad socioeconómica. Se analizaron los artículos publicados en periódicos brasileños desde enero de 2004 hasta el 8 de junio de 2019, teniendo como fuente de búsquedas la base de datos SciELO (Scientific Eletronic Library Online). De las 55 publicaciones encontradas, solo 10 fueron discutidas en el presente estudio, puesto que la mitad de estas publicaciones tratan específicamente de políticas públicas de trabajo para la juventud y la otra mitad discute este tema a partir de cuestiones como “políticas públicas para la juventud”, “trabajo decente”, “condición de los jóvenes ‘ninis’ en Brasil”, entre otros. A partir de la recopilación bibliográfica realizada, se ha constatado la relevancia de discutir las políticas públicas de trabajo destinadas a jóvenes en situación de vulnerabilidad, una vez que las políticas de transferencia directa de renta y las políticas de formación e inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo son importantes para la reducción del porcentaje de jóvenes en la condición “nini” y para la inserción de este público en el mundo del trabajo.

**Palabras-clave:** Jóvenes. Juventud. Políticas Públicas. Trabajo.

---

Submetido em: novembro de 2019.

Aprovado em: abril de 2020.

Publicado em: abril de 2020.